

Patrimônio e colecionismo: algumas considerações

Cláudio Umpierre Carlan– *Universidade Federal de Alfenas MG- UNIFAL*

Pedro Paulo A. Funari– *Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP;*
Universidade Algarve – UALG Portugal; Universidade de Buenos Aires – UBA
Argentina

RESUMO: O artigo começa por discutir o conceito de patrimônio, para, em seguida, voltar-se para o colecionismo, a partir do Renascimento. Após uma discussão de como a coleção de objetos marcou época, o artigo conclui-se com as tendências recentes, em rumo à diversidade e ao pluralismo.

Palavras-Chave: Patrimônio – Colecionismo - Diversidade

ABSTRACT: The paper starts by discussing the concept of heritage, and then it turns to collection from Renaissance times. After discussing how the collection of objects shaped an era, the paper concludes by the recent developments towards diversity and pluralism.

Key-Words: Heritage – Collection - Diversity

1. O conceito de patrimônio e sua trajetória

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que significava, já lá entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. Os romanos nos deixaram sua língua: quem não reconhece em *pater*, o pai, em *patrimonium*, o patrimônio, e, mais ainda, em *família*, a família? Essa aparente facilidade de identificação, contudo, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *família* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens imóveis e móveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as pessoas.

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado e do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos-de-vista e interesses aristocráticos. A maioria da população, entre os romanos, não era proprietária, não possuía escravos, nem era possuidora, portanto, de *patrimonium*. O patrimônio, se assim podemos chamar, era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite patriarcal romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. Com a difusão do Cristianismo e com o predomínio da Igreja, a partir da Antigüidade tardia (séculos IV-V) e, em especial, na Idade Média (séculos VI-XV), ao caráter aristocrático do patrimônio, acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso. Ainda que o caráter aristocrático do patrimônio se tenha mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, numa pletora de formas materiais e espirituais. O culto aos santos e a valorização das relíquias expandiram para as pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, como veremos, em certo sentido ainda está entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos, como dos rituais coletivos.

2. Patrimônio Histórico e o desenvolvimento do Coleccionismo

Hoje visto apenas como um hobby, o colecionismo sempre foi à primeira expressão de uma hierarquia política, econômica e social. Suetônio (69 – 140), no século I da Era Cristã, já relatava a importante coleção numismática do Imperador Augusto (63 a. C. – 14 d.C.)ⁱ.

Com a divisão da Europa, após a grande derrocada do Império Romano do Ocidente (476), os novos reinos germânicos, vulgarmente conhecidos por “reinos bárbaros”, procuraram a legitimação dos seus governos no passado romano. Na Península Ibérica, o rei visigodo Chindasvinto (562 – 653), associou seu filho e sucessor Recesvinto (? – 672) ao trono, ainda em vida. Algo raro entre os jovens reinos germânicos. Como elemento legitimador do seu poder, Chindasvinto manda cunhar uma moeda de ouro, onde estão representados, no seu averso, os bustos dele e do filho. O rei “bárbaro” usou o mesmo método de propaganda adotado pelos imperadores romanos: a moeda. Assim, conseguiu apaziguar o inconstante reino visigodo.ⁱⁱ

Durante o Renascimento Carolíngio, século VIII, Carlos Magno (747 – 814) estabeleceu leis, onde tudo que lembrasse a cultura romana fosse guardado. Preservar, recolher, recuperar, essa era a ordem do dia. Com isso, através de uma importante atividade cultural, o imperador franco é reconhecido pela Igreja como legítimo sucessor de Roma. Fato esse de vital importância para atual União Européia. O papa João Paulo II em seus discursos, fez uma alusão a importância de Carlos Magno, e seu avô Carlos Martel (688 – 741), para a Europa Cristã. A própria constituição européia referencia o governo dos francos. Notamos a influência do passado, legitimando o presente e o futuro.

No Império Romano do Oriente, Império Bizantino, também era comum durante festas religiosas, militares e políticas, exposições das coleções reais. O imperador Constantino VII Porfirogênito (905 – 959), no século X, realizava anualmente essas exposiçõesⁱⁱⁱ.

Francesco Petrarca (1304 – 1374), célebre humanista e poeta italiano, considerado um dos precursores da coleção monetária na península itálica. Seu principal objetivo era conhecer a História de cada civilização através da moeda. Dono de um importante acervo, Petrarca defendia esses objetos arqueológicos como uma verdadeira paixão, porém, iniciou alguns métodos próprios, mais tarde adaptados pela metodologia científica.

O Renascimento viria, portanto, a produzir uma mudança de perspectiva, ainda que o caráter aristocrático fosse mantido, se não mesmo reforçado, pelo humanismo nascente. Os homens do Renascimento lutaram pelos valores humanos, em substituição ao domínio sem contraste da religião, em uma luta contra o teocentrismo que prevalecera por longos séculos. Em sua batalha intelectual, mas também prática e política, buscaram inspiração na Antigüidade grega e romana e condenaram seus imediatos antecessores que teriam vivido um período de trevas, que denominaram de Idade Média, entre a Antiga e o Renascimento da glória dos antigos.

A partir do Renascimento Artístico italiano, mais precisamente no século XV, tudo que lembrava Roma, a cidade modelo precisa ser imitada, começa a fazer parte das salas dos mecenas. As mesmo tempo que os pintores mesclam ideologia e mensagem política em seus quadros, as esculturas, mosaicos, moedas, objetos arqueológicos de uma maneira geral, também estão presentes. Essa revolução do olhar, acompanhada pela Expansão

Marítima, leva as realidades européias dos séculos XVI e XVII a adquirirem suas próprias coleções^{iv}. O modelo da *Vila Albani*, em Roma, onde os intelectuais europeus se encontravam para discutir suas idéias e achados (entre eles o alemão Johann Winckelmann, 1719 – 1768, um dos fundadores da arqueologia científica). A vila pertencia ao cardeal Albani, sobrinho do Papa Clemente XI (1649 – 1721), grande protetor das artes, ordenou as primeiras escavações arqueológicas nas catacumbas romanas.

Ainda no século XVIII, o abade Joseph Eckhel (1737 – 1798), diretor do Gabinete Numismático de Viena e professor de Antigüidade, elabora os primeiros padrões científicos para a catalogação de moedas e medalhas. Tendo com base a coleção do Cardeal Médici, em Florença (Eckhel trabalhou muitos anos com essa coleção), estabelece a organização das peças cronologicamente (por países, reis, governos) em seu livro *De Doctrina Nummarum Veterum*^v, escrita em oito volumes. Até hoje, referência nos museus quanto à organização dos acervos numismáticos (CARLAN: 2007, 26).

De uma maneira geral, as primeiras expedições arqueológicas têm início no século XVIII. A palavra *expedição* está ligada às expedições militares que ocorreram tanto no século XVIII, quanto no século XIX. Essas campanhas eram acompanhadas por estudiosos e arqueólogos amadores. O principal exemplo desse momento, a descoberta da *Pedra de Roseta*, próximo a Alexandria pelas tropas napoleônicas em 1799. Sabendo da importância desse artefato, os ingleses incluíram no tratado de capitulação de 1801. Antes disso, em 1753, foi criado o Museu Britânico.

Até o século XVIII, na Europa, os estados eram de cunho religioso e monárquico, baseados na identificação da nação com a casa real. As monarquias eram de direito divino e os reinóis não eram cidadãos de um país, mas súditos de um reino. Um reino como o espanhol serve como um bom exemplo dessa realidade. O reino era composto de diversas regiões tradicionais, na própria Península Ibérica, cada uma com suas línguas e instituições, chamados de foros. Faziam parte do reino, ainda, áreas fora da Península, como no continente americano, cujos povos falavam outras tantas línguas e possuíam tradições próprias, indígenas. Todos eram súditos do reino, todos deviam fidelidade ao rei, soberano de direito divino, legitimado pela Igreja Católica.

Com a Revolução Francesa, a partir de 1792, o Comitê de Salvação Pública (Terror), institui os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico Francês. Os bens da Igreja, realeza e nobreza passam a pertencer ao Estado. Os revolucionários tentam acabar com uma ideologia imposta pela elite, proprietária desses objetos. Em 1793 Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais.

A construção das nações desde o século XIX, até o início do XX, baseava-se num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica, articulava-se a reestruturação ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados (CHAGAS, GODOY: 1995, 36). Essa simbologia passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros. Através da arquitetura, pintura, escultura, música, medalhística e literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Segundo Hobsbawn, se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi ao final da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN: 1990, 159).

No Brasil, o Museu Real (hoje Museu Nacional, antigo palácio de D. Pedro II), foi criado por D. João VI em 1818. O próprio regente doou a primeira coleção de História Natural. O referente museu, durante os primeiros anos da República, foi palco das discussões racistas, consideradas na época científicas e modernas, defendidas pelo médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) que, por sua vez, foi influenciado pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909). Com o passar do tempo, o museu e a conservação de coleções adquiriu novas conotações. Os museus representam o mundo como parte da ordem social (Fyfe 1998: 326), sua taxonomia refletindo, de forma mediada, a *táksis* da própria sociedade. Não é casual que uma palavra-chave na organização dos museus seja, precisamente, taxonomia, “ordenação segundo uma regra”¹, pois tudo no museu é classificado e ordenado. Os setores, da reserva técnica à exposição, cada um subdividido e classificado. Esta concepção acompanha os museus *ab origine*, desde sua própria fundação, refletindo a própria

¹ Cf. Platão, Leis, 925b, *katà tèn táksin tōu nómu*, “segundo a ordenação de uma regra”. Taxonomia deriva de *táksis*, “arranjo”, do verbo *tássein*, “arranjar”, originalmente, os soldados para uma batalha; cf. Heródoto, 8, 86: *katà táksin*, “ordem de batalha”.

hierarquia social na qual surgiu. No entanto, no umbral do terceiro milênio, mais do que uma única ordenação e taxonomia, o mundo pós-moderno caracteriza-se pelo mais radical pluralismo², programa explícito da proposta do *Aktives Museum*. O tema central do trabalho didático do Museu Ativo consiste em transformar os consumidores de conhecimento em produtores. As visitas guiadas deveriam, sempre que possível, serem dissolvidas em participação ativa, um meio para que a confrontação com o mundo material gere o sentimento inesperado, a indignação e a curiosidade (e.g. Fahmel-Beyer 1993). Em uma sociedade aberta, há uma pluralidade de opiniões e deveria, pois, haver diferentes relatos do mundo material exposto no museu (Baker 1991: 58-59). Este pluralismo implica em subverter o discurso da autoridade que prevalece na exposição de uma única versão, a verdade dos que controlam o poder.

O pluralismo não se restringe à exposição e à proliferação de narrativas³, mas estende-se às próprias divisões do saber no interior do museu. A segmentação dos setores reproduz uma separação artificial entre os profissionais do museu, como se fosse possível dissociar exposição e reserva, programa educativo e pesquisa de campo, reflexão pedagógica e científica, reproduzindo dicotomias estranhas à prática crítica. Não se trata de adorar o acervo, mas pensar sobre ele. Não se trata de isolar especialistas, cujo conhecimento hermético deveria ser preservado, mas é no confronto de perspectivas que se produz conhecimento (Funari 1997, com bibliografia anterior). Assim, no interior da instituição museu, nada justifica a falta de diálogo entre os diversos profissionais, senão a acomodação. A produção de conhecimento⁴ implica na disposição a aprender com os outros, sejam os profissionais colegas de instituição, seja o público em geral. Ainda “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade”, como dizia, há quinze anos Waldísia Rússio (1984: 60). A busca de um museu gerido com a comunidade é uma tarefa que implica romper as barreiras disciplinares e as formalidades das compartimentações acadêmicas, bem como superar o modelo do museu desligado da sociedade. Para produzir conhecimento impõe-se interagir com o

² Cf. Lorenz (1998: 619): *Postmodernismus ist deshalb immer eine radikale Version des Pluralismus* (ênfase no original).

³ *Keine Ausstellung ohne Erzählungen*, como se propõe na concepção do Museu Ativo (“não há exposição sem narrativas”).

⁴ Cf. Haganuch Sarian (1999:34): “*Produção e reprodução do saber* se expressariam nos Museus Universitários, por meio de responsabilidades inerentes à natureza de um Museu, de tal modo que os *Professores* destas instituições fossem igualmente Curadores – *Curator-Professors* -, para lembrar a designação americana”.

educando (Giroux & McLaren 1986: 234) e o público está muito mais aberto a essa interação do que, normalmente, se supõe (McKee & Thomas 1998: 7).

Considerações Finais

A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. As exigências da vida em grupo resultam freqüentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Leroi-Gourhan nos fala que “memória é entendida,(...) em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ele qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos” (LE GOFF: 1884, 101). Quanto a isto podemos destacar a memória social, na qual designa o caráter social da construção da memória humana: a associação com as questões do tempo e da história, como um meio de identificar e formar as identidades. Assim, nosso objetivo é o de realizar uma análise tanto da memória social ou coletiva, no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também da memória individual, na realização de um fato social. Existindo desta forma uma relação entre memória e o documento.

Em sua análise acerca do poder, Michel Foucault (1979) identifica não a fonte do poder, mas a sua origem genealógica. Segundo ele, essa origem determinaria os chamados “micro-poderes” presentes nas sociedades modernas. Este poder não se caracterizaria por uma noção de classe, nem se situaria unicamente nos campos da economia ou da política, e sim se estabelece em uma complexa rede de forças, presente em todos os aspectos da vida social. Chartier (1990) situa esta discussão em termos de *signos do poder*, isto é, uma série de monumentos, emblemas, medalhas, moedas que identificariam o Estado, com o objetivo de representar simbolicamente o seu poder.

Referências

- BAKER, F. 1991 Archaeology, Habermas and the pathologies of modernity, in F. Baker & J. Thomas (eds), *Writing the Past in the Present*, Lampeter, University Press, 54-62.
- CARLAN, Claudio Umpierre. *Moeda e Poder em Roma: um mundo em transformação*. Campinas, 2007. Tese de Doutorado em História Cultural. IFCH, UNICAMP.
- CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. *Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- FAHMEL-BEYER, B. 1993 El concepto de la participación en el discurso de la Arqueología Zapoteca, *II Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais*, Florianópolis, 173-183.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FUNARI, P.P.A. 1997 *Pós-Graduação: encruzilhadas atuais*. Campinas, IFCH/UNICAMP, coleção Primeira Versão # 67.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.
- FYFE, G.J. 1998 On the relevance of Basil Bernstein's theory of codes to the sociology of art museums, *Journal of Material Culture*, 3,3, 325-354.
- GIROUX, H.A. & MCLAREN, P. 1986 Teacher education and the politics of engagement: the case for democratic schooling, *Harvard Educational Review*, 56, 3, 213-238.
- HOBBSBAWN, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JENKINS, K. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LORENZ, C. 1998 Postmoderne Herausforderung an die Gesellschaftsgeschichte?, *Geschichte und Gesellschaft*, 24, 4, 617-632.

MCKEE, L. & THOMAS, B.W. 1998 Starting a conversation: the public style of archaeology at the Hermitage, *South Eastern Archaeology*, 17, 2, 1-7.

RÚSSIO, W. 1984 Texto III, in A. Arantes (org.), *Produzindo o Passado*, São Paulo, Brasiliense, 59-95.

ⁱ O autor também descreve que apenas as pessoas do círculo pessoal do imperador tinham acesso à coleção. Alguns, como Marco Agripa (? – 12 a. C.), vencedor da Batalha do Actium contra Antônio e Cleópatra, amigo de infância do imperador, ajudou Augusto a montar essa coleção.

ⁱⁱ O Museu Histórico Nacional / RJ, tem dois exemplares dessas moedas de ouro de Chindasvinto. A museóloga Rejane Vieira publicou na Revista do Clube da Medalha (Casa da Moeda) um artigo sobre essas peças. Em 2005 apresentei no Programa de Estudos Medievais da UFRJ um trabalho sobre as cunhagens visigodas, tendo esses exemplares como modelo.

ⁱⁱⁱ Era chamado de Porfirogêneto, *nascido da púrpura* em grego, por ter nascido no salão púrpura do palácio imperial de Constantinopla.

^{iv} Luís XIV (1638 – 1715) herdou a coleção do Cardeal Mazzarino (1602 – 1661) e, conseqüentemente a coleção de manuscritos de Carlos V (1338 – 1380), parte do acervo particular de Mazzarino.

^v Doutrinas das Moedas Antigas.

Agradecimentos

Agradecemos aos colegas da UNIGRANRIO, em especial a professora Jacqueline Lima, pela oportunidade de trocarmos idéias; e a Bernard Fahmel-Beyer e mencionamos o apoio do CNPq, FAPESP, Departamento de História da Universidade Federal de Alfenas, Departamento de História e Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp.

A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.